

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



SUBCOMISSÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
ECONOMIA

## RELATÓRIO E PARECER

---

**Audição n.º 23/XII-GR**

**“Projeto de Decreto Regulamentar que estabelece um regime especial e transitório de facilitação do acesso, majoração de valor e prolongamento da duração de apoios sociais aos ex-trabalhadores da COFACO - MTSSS - (Reg. DR 998/XXII/2021)”**

**25 DE MAIO DE 2021**



---

## INTRODUÇÃO

---

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia analisou e emitiu parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre a **Audição n.º 23/XII-GR – “Projeto de Decreto Regulamentar que estabelece um regime especial e transitório de facilitação do acesso, majoração de valor e prolongamento da duração de apoios sociais aos ex-trabalhadores da COFACO - MTSSS - (Reg. DR 998/XXII/2021)”**.

---

## ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

O Projeto de Decreto Regulamentar em apreciação foi enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para audição, por despacho do Senhor Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, com pedido de parecer, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa.

A apreciação do presente Projeto de Decreto Regulamentar enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea i) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 9/87, de 26 de março, 61/98, de 27 de agosto, e 2/2009, de 12 de janeiro.

Considerando a matéria da presente iniciativa, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Economia, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.



---

**APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE**

---

O presente Projeto de Decreto Regulamentar visa – cf. artigo 1.º – estabelecer os termos e condições pelos quais se garante, transitoriamente, a facilitação do acesso, a majoração do valor e o prolongamento da duração dos apoios sociais previstos na Lei n.º 70/2020, de 11 de novembro, aos ex-trabalhadores da COFACO Açores — Indústria de Conservas, S. A. (COFACO).

O Projeto de Decreto Regulamentar em apreciação refere, em sede de exposição de motivos, que “A Lei n.º 70/2020, de 11 de novembro, estabelece um regime especial e transitório de facilitação do acesso, majoração de valor e prolongamento da duração de apoios sociais aos ex-trabalhadores da COFACO Açores — Indústria de Conservas, S. A. (COFACO), que foram abrangidos pelo despedimento coletivo decorrente do encerramento da fábrica da ilha do Pico, em janeiro de 2018.

Com o presente decreto regulamentar procede-se ao estabelecimento dos termos e condições pelos quais se garante, transitoriamente, a facilitação do acesso, a majoração do valor e o prolongamento da duração dos apoios sociais previstos na referida lei aos ex-trabalhadores da COFACO.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores”.

---

**APRECIAÇÃO NA ESPECIALIDADE**

---

Na especialidade o GP do PSD apresentou as seguintes propostas:

“Consideramos importante a alteração da data de aferição e contabilização dos beneficiários da presente regulamentação, de 01 de janeiro de 2021, para 31 de agosto de 2020, porque a 01 de janeiro de 2021 um número considerável de ex-funcionários da COFACO já não se encontravam a beneficiar de qualquer apoio social.

(...)

Artigo 2.º

(...)



b) Sejam titulares das prestações previstas na Lei n.º 70/2020, de 11 de novembro, à data de 31 de agosto de 2020.

(...)

### Artigo 3.º

#### Prestações de desemprego

Os períodos de concessão das prestações de desemprego previstos nos artigos 37.º e 38.º

do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, na sua redação atual, sem prejuízo da aplicação da cláusula de salvaguarda prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 64/2012, de

15 de março, são duplicados, desde que as referidas prestações se encontrem a ser atribuídas a 31 de agosto de 2020, cessando a sua atribuição a 31 de dezembro de 2023, caso não cesse em data anterior.

### Artigo 4.º

(...)

2 - Nas situações em que o período de concessão das prestações de desemprego tenha cessado entre 31 de agosto de 2020 e a data de entrada em vigor do presente decreto regulamentar, a instituição de segurança social competente procede à renovação oficiosa do período inicialmente atribuído e procede ao pagamento dos meses entretanto vencidos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

(...)

### Artigo 5.º

#### Recálculo das prestações

1 - Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º e nos artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 70/2020, de 11 de novembro, a instituição de segurança social competente procede ao recálculo das prestações de desemprego, do abono de família para crianças e jovens e do rendimento social de inserção, com efeitos a 31 de agosto de 2020”.



---

### POSIÇÃO DOS PARTIDOS

---

**PS:** O GPPS vota favoravelmente a iniciativa e o relatório.

**PSD:** O GP do PSD aprova o relatório e dá parecer favorável à iniciativa.

**CDS-PP:** O GP do CDS-PP emite parecer favorável ao presente Projecto de Decreto Regulamentar. Não obstante, gostaríamos de referir que deveria ter-se em atenção as datas de referência para aferição e contabilização dos beneficiários da presente regulamentação, para que a totalidade dos cerca de 100 funcionários da COFACO possam ser abrangidos

**CH:** O parecer do GP do CH é favorável ao relatório, assim como à presente iniciativa.

**BE:** O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda emite parecer favorável à presente audição solicitando que seja incluída a seguinte declaração de voto (em anexo).

**PPM:** Não emitiu posição.

**IL:** Não emitiu posição.

**PAN:** A Representação Parlamentar do PAN emite parecer favorável à Audição n.º 23/XII - Projeto de Decreto Regulamentar que estabelece um regime especial e transitório de facilitação do acesso, majoração de valor e prolongamento da duração de apoios sociais aos ex-trabalhadores da COFACO - MTSSS - (Reg. DR 998/XXII/2021).

---

### VOTAÇÃO DOS PARTIDOS

---

O **Grupo Parlamentar do PS** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do CH** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.



O **Grupo Parlamentar do BE** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.

A **Representação Parlamentar do PAN** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.

---

**CONCLUSÕES E PARECER**

---

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia deliberou, unanimidade, dar parecer favorável à presente iniciativa.

Graciosa, 25 maio de 2020.

O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Em anexo a declaração de voto do BE.

O Presidente

Sérgio Ávila



### DECLARAÇÃO DE VOTO DO BLOCO DE ESQUERDA

O Grupo parlamentar do Bloco de Esquerda na ALRAA saúda a regulamentação da Lei 70/2020 de 11 de novembro, não deixando de lamentar o longo tempo que demorou a concretização desta reivindicação dos trabalhadores da COFACO da ilha do Pico, reivindicações que já tinham sido debatidas e aprovadas em recomendações da AR e normas do orçamento do estado.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda